

## **PROJETO SOCIEDUCATIVO COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS**

Ana Cristina Bernardes PRATES<sup>1</sup>

Elda Rivero Lacerda SANTOS<sup>2</sup>

Sandra Dutra PEREIRA<sup>3</sup>

Juliene Aglio de OLIVEIRA<sup>4</sup>

Este trabalho é fruto de estudos, desenvolvidos na Supervisão Acadêmica I, no curso de serviço social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” objetivando trazer a tona o campo de estágio que atende adolescente para o cumprimento de medidas sócioeducativas: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Os adolescentes chegam ao projeto encaminhados pelo Poder Judiciário para atendimento, acompanhamento e orientação do cumprimento da medida socioeducativa. Depois de comprovada a conduta ilegal do adolescente, ele é responsabilizado pelos seus atos e, como resposta social, recebe imposição das chamadas medidas socioeducativas prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Muitos adolescentes em situação de vulnerabilidade social pertencem a famílias desfavorecidas socioeconomicamente, tendo em vista esta realidade passam por experiências de risco social no âmbito familiar. O ato infracional desses adolescentes revela histórias de abandono, de marginalização, de fracasso escolar, de violência doméstica e de ausência de perspectivas para o futuro. As demandas institucionais são: adolescentes em conflito com a lei, usuários de substância psicoativas, evasão escolar, preparar e inserir no mercado de trabalho, possibilitando o redirecionamento de seus hábitos e valores, providenciar quando necessário a documentação pessoal e escolar do adolescente, dar encaminhamentos das recursos na área da saúde e tratamento específico de drogadição, integrar o trabalho do projeto junto a rede de serviços existente na comunidade. As demandas socioprofissionais é um desafio para aqueles que trabalham nos projetos socioeducativos, já que o principal objeto é despertar no adolescente a possibilidade de construção de um projeto de vida em ruptura com a prática infracional, para isso precisam superar as demandas institucionais e construir respostas profissionais que garantam a construção e efetivação de um sistema de garantia de direitos sociais ao adolescente. Uma das demandas socio profissionais é a permanência desses adolescentes na escola e em muitos casos é garantir uma vaga, já que muitas escolas não aceitam esses adolescente pois estão em idade-série defasada, são vítimas de preconceitos já que o motivo alegado pela ausência de vagas é que esses adolescentes aliciariam as crianças, dificultando assim inseri-los em cursos profissionalizantes, já que é necessário ter concluído o ensino médio. O projeto muitas vezes não oferecem oficinas que despertam o interesse dos adolescentes. Trabalhar com esses adolescentes exige compromisso ético e político e requer investimentos sociais, técnicos e sobretudo, humano. É preciso enfrentar o desafio constante de descobrir e redescobrir a linguagem que aponte os interesses e as reais necessidades desses jovens, ajudando-os a lutarem por uma vida futura, dentro da legalidade.

---

<sup>1</sup> Discente do 5º TERMO do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail anacbprates@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Discente do 5º TERMO curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente e-mail eldinhhan@hotmail.com.

<sup>3</sup> Discente do 5º TERMO curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente e-mail san.dutra@zipmail.com.br.

<sup>4</sup> Docente e coordenadora do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “ Antonio Eufrásio de Toledo”. Mestre em Políticas Social e Serviços Social pelas Universidade Estadual de Londrina (UEL) e-mail juliene\_aglio@unitoledo.br.